

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Faculdade de Psicologia

Marcelo Gomes Moutinho

**OBJETOS IDENTIFICATÓRIOS E A INCLUSÃO DO CRIME NA CONSTITUIÇÃO
DA SUBJETIVIDADE DOS RECUPERANDOS DA APAC DE SANTA LUZIA.**

Belo Horizonte
2013

Marcelo Gomes Moutinho

**OBJETOS IDENTIFICATÓRIOS E A INCLUSÃO DO CRIME NA CONSTITUIÇÃO
DA SUBJETIVIDADE DOS RECUPERANDOS DA APAC DE SANTA LUZIA.**

Monografia, apresentada a Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profa. Lucimar Magalhães
de Albuquerque

Leitor: Prof. Arthur Parreiras Gomes

Belo Horizonte
2013

Marcelo Gomes Moutinho

**OBJETOS IDENTIFICATÓRIOS E A INCLUSÃO DO CRIME NA CONSTITUIÇÃO
DA SUBJETIVIDADE DOS RECUPERANDOS DA APAC DE SANTA LUZIA.**

Monografia, apresentada a Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Profa. Lucimar Magalhães de Albuquerque (Orientadora) – PUC Minas

Prof. Arthur Parreiras Gomes (Leitor) – PUC Minas

Belo Horizonte, 13 de Junho de 2013.

A pena de prisão é um arranjo, minuciosamente arquitetado para permitir a nós todos, por meio das forças do Estado, o exercício socialmente exigido e legalmente permitido do princípio da Vingança e da retribuição. Enquanto que APAC é um arranjo de elementos, objetivos e subjetivos, que permitem a nós todos, o exercício socialmente necessário e legalmente negligenciado do princípio da Misericórdia e do Perdão.

Aos voluntários e recuperandos.

AGRADECIMENTOS

Deus tem sido meu maior parceiro na vida, particularmente nesta jornada de formação acadêmica. Aliás, desde longa data, Ele tem demonstrado sua efetiva competência e incansável amor ao, por exemplo, possibilitar meu acesso, através da Psicologia, a um maior conhecimento sobre o ser humano, afinal quem poderia conhecer melhor esta matéria? Obrigado pelas vezes que, acreditando em mim, não me deixou desistir. Pelas vezes que através de Pais e familiares, professores e amigos, você me alcançou com laços humanos.

E o que dizer deles? Palavras seriam pouco para expressar o carinho e a dedicação que meus pais Custódio e Penha e minha irmã Simone empenharam nesta árdua tarefa. Sofreram cada derrota e se alegraram com cada vitória como se fossem deles mesmos. De seu jeito, à sua maneira, cada um de vocês me proporcionaram um ambiente onde eu pudesse me dedicar aos estudos. Posso ser orgulho para vocês por essa etapa vencida de minha vida, eu, contudo, já cheguei ao mundo com vários motivos para ter orgulho em fazer parte de uma família tão especial.

Aos amigos e amigas, obrigado. Os de perto e os de muito longe, sempre me incentivaram desde o início desta jornada. Os amigos da comunidade do Ipê Amarelo, de Nova Contagem, dos Leigos Missionários Combonianos, do Bairro São Luiz. O apoio de vocês foi crucial para que eu pudesse transformar o potencial, em conhecimento.

Dos diversos professores, alguns serão sempre mestres para mim. Vou abdicar do espaço em agradecê-los um a um, por causa do medo de ser injusto e esquecer alguém, mas me concedo o direito de abrir exceção digníssima à Maria Carmen e Eliana Ferreira, que acreditaram em mim, antes de todos os demais e que apostaram que, minha vida com as APACs não seria impedimento para que eu chegasse a me tornar psicólogo e também à Lucimar Albuquerque, Arthur Gomes e Dinéia que, com paciência que só os sábios têm, me acompanham nesta etapa final. Obrigado.

À turma do primeiro semestre de 2008, com quem caminhei até o nono período, meus mais sinceros votos de sucesso. Obrigado pela amizade e carinho de todos.

Martha Coridola, Juliana Marques e Lucas Costa, meus sinceros agradecimentos pelo empenho e profissionalismo que me inspiram muito ainda hoje e também pela tolerância que sempre tiveram comigo, não fazem ideia do quanto foram importantes. A todos os demais estagiários do projeto “Recuperando o gosto de ler”, com quem pude partilhar essa etapa de minha formação e mesmo aos que virão: obrigado, em nome dos recuperandos, pelo interesse e dedicação a uma causa tão nobre como é a causa da recuperação do ser humano. Espero que esta modesta contribuição, possa favorecer o avanço no conhecimento e na prática de psicologia nas APACs.

Aos amigos da FBAC, dirigentes e voluntários das APACs, por sempre abrirem as portas para mim, quando eu precisei. Pela paciência, quando não foi possível comparecer em diversos compromissos e pelo profissionalismo que me inspirou levar a cabo este trabalho com a maior excelência possível.

E por último e não menos importante, meu agradecimento especial a todos os recuperandos das APACs, de modo particular aos de Itaúna e Santa Luzia. Ao me confiarem parte de suas histórias, alegrias, angústias e esperanças, vocês me ensinam o quanto do humano é ainda capaz de resistir heroicamente às péssimas condições de aprisionamento de nosso país. Na escuta psicológica de cada um de vocês, não se aprende somente psicologia, se apreende valores humanos, que ainda que brutalmente violentados pelo sistema prisional, persistem. E por, nestas condições, ainda persistirem, evidenciam sua primazia.

RESUMO

Este trabalho realizou um estudo bibliográfico documental, em uma amostra de relatos dos recuperandos da APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) de Santa Luzia, município da região metropolitana de Belo Horizonte/MG. A finalidade deste estudo foi compreender como a Identificação, conceito oriundo da psicanálise freudiana, possibilita a inclusão do crime na constituição psíquica destes sujeitos. Além de conhecer melhor a história das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados e sua concepção institucional a respeito do que seja o crime, este trabalho visou o estudo da teoria psicanalítica do conceito de Identificação e a partir dos relatos dos próprios recuperandos (terminologia utilizada pelas APAC's para referir-se ao preso), inferir o conceito de crime para eles, se e como acontece a identificação e como ela participa da inclusão do crime na constituição psíquica do sujeito. A metodologia utilizada foi Análise de Conteúdo. Os resultados demonstram que o conceito de crime, circula em âmbitos diferenciados tanto para APAC quanto para os recuperandos. Há identificação presente na forma de iniciação destes recuperandos no crime e este processo inicia-se pela aproximação e observação dos modelos ligado ao grupo do crime. O estado de "estar amando", descoberto neste estudo, não se verifica nos relatos.

Palavras-chave: Identificação. Crime. Iniciação no crime. Prisão. APAC

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	08
2	APAC: PANORAMA SOBRE UMA ALTERNATIVA DE EXECUÇÃO PENAL E SEUS PRINCÍPIOS.....	10
2.1	Histórico das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC’S.....	10
2.2	Como nasceu a APAC de Santa Luzia.....	11
2.3	Princípios norteadores da metodologia apaqueana: definição elementos fundamentais e filosofia.....	13
2.4	‘Cultura’ Institucional sobre o crime, o criminoso e a pena frente à história da tradição jurídica.....	18
3	O CONCEITO DE IDENTIFICAÇÃO E UMA IMPORTANTE DESCOBERTA NA PSICANÁLISE FREUDIANA.....	23
3.1	A teoria da identificação em psicanálise.....	23
3.2	Uma descoberta no percurso: “estar amando”.....	30
3.3	Compreendendo, a partir dos “meninos do tráfico”, identificação e estar amando.....	33
4	OBJETOS IDENTIFICATÓRIOS E A INCLUSÃO DO CRIME NA CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE DOS RECUPERANDOS DA APAC DE SANTA LUZIA.....	36
4.1	O Universo e o recorte	36
4.2	Metodologia: Análise de Conteúdo.....	37
4.3	Analisando os dados.....	40
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia é fruto do meu itinerário em Ensino e Extensão. Percurso que fiz em minha formação acadêmica através das matérias e estágios curriculares e da participação no projeto “Recuperando o gosto de ler” (Schettino e Rodrigues, 2007). Tal projeto é parte integrante da Pro-reitoria de extensão (ProEx) e tem por finalidade subsidiar a intervenção da Faculdade de Psicologia da Puc-Minas, no Centro de Reintegração Social (CRS) da cidade de Santa Luzia, região metropolitana de Belo Horizonte, também conhecido como Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), de Santa Luzia.

Este trabalho não ambiciona abordar o sistema prisional brasileiro, tampouco mineiro, como um todo; visto que seu universo é bastante amplo. Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) demonstram o quanto é alarmante a situação prisional no País. Já são mais de meio milhão de brasileiros encarcerados em 2013. Em números absolutos são 505.794 pessoas atrás das grades das prisões, sendo que 473.518 são homens e 32.276 são mulheres e há ainda um déficit de 168.934 vagas. O Estado de São Paulo lidera o ranking com 164.633 presos, seguido por Minas Gerais com 47.601 presos. Destes 44.774 são homens e 2.827 são mulheres, distribuídos nos 318 estabelecimentos penais do Estado. O déficit de vaga em Minas Gerais é de 13.515. (CNJ, 2013)

Neste universo do sistema prisional, marcado pela falência de seu propósito de recuperação e de retorno do preso ao convívio social, despontou, há 31 anos, na cidade paulista de São José dos Campos, uma experiência diferenciada, na forma de tratar a execução penal. Um grupo de cristãos, em 1972, liderados pelo Advogado Mário Ottoboni, iniciaram estudos e implantação de uma prática no presídio local, que pressupunha a dignidade e a valorização humana do preso.

As APAC's vêm demonstrando resultados que chamaram a atenção do poder judiciário de diversas localidades. Atualmente são 96 iniciativas em todo Estado de Minas Gerais, dentre elas, 34 realizam a gestão de presídios sem a presença da polícia civil, militar ou agentes penitenciários. No Brasil, são 147 iniciativas de APAC's e, no Mundo, 24 experiências. (FBAC, 2012)

Os motivos psicossociais que levam esses homens à infração penal e a manterem uma cultura do crime e nela habitarem, sempre me despertaram curiosidade. A Psicologia, através de escuta individualizada, parece-me ter muito a

contribuir para a compressão dos intrincados arranjos psicológicos e sociais que possam favorecer a possível adesão destes sujeitos ao crime.

A partir do referencial teórico da psicanálise freudiana, a presente monografia procura investigar a relação do desinvestimento nos objetos parentais passando para a escolha dos objetos identificatórios, que marcam a saída do complexo de Édipo e a inclusão de uma cultura do crime, na constituição da subjetividade do sujeito, buscando ainda, compreender, (afim de não desconsiderar), a concepção do que é o crime no discurso da lei, da APAC de Santa Luzia e, principalmente, o que é o crime para o recuperando, compondo, a partir destas variáveis um esboço sobre a cultura institucional do crime.

Logo, o presente estudo, buscou compreender e demonstrar de que maneiras os objetos identificatórios possíveis aos internos na APAC de Santa Luzia, podem participar da inclusão do crime na constituição da subjetividade destes sujeitos.

Para tanto foram organizados os seguintes capítulos: inicialmente, uma panorâmica sobre as APACs, desde o nascimento até os dias atuais, com particularidade de foco na experiência da unidade de Santa Luzia. Também sobre as APACs, trataremos no mesmo capítulo sobre seus princípios fundamentais e sua cultura institucional a respeito do crime e do criminoso. No capítulo seguinte, estudo a evolução do conceito de identificação na abordagem psicanalítica freudiana, com especial atenção ao texto “Psicologia das massas e análise do ego” (FREUD, 2006) e é feita uma breve aproximação do tema com o texto de Bill e Athaide: “Falcão: meninos do tráfico” sobre iniciação no crime. Por meio de apreciação de conteúdo de textos dos recuperandos da APAC de Santa Luzia, passamos, no capítulo quatro, à análise das identificações que possibilitaram a inclusão do crime como alternativa para os recuperandos da APAC. No capítulo final, as considerações a respeito dos objetos identificatórios que possibilitam a inclusão do crime na constituição da subjetividade dos recuperandos da APAC de Santa Luzia.

Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados ao Poder Público local a fim de fazer avançar o entendimento da realidade social da Cidade de Santa Luzia e, quiçá, contribuir, para uma intervenção tanto quanto mais eficaz possível, nestas complexas relações entre o sujeito, consigo mesmo e o seu meio, visto que estas propiciam a inclusão do crime como alternativa para o sujeito.

2 APAC: PANORAMA SOBRE UMA ALTERNATIVA DE EXECUÇÃO PENAL E SEUS PRINCÍPIOS.

“A APAC é uma prisão alternativa e não uma alternativa à prisão”

Laura Jimena Ordoñez Vargas

Neste capítulo passaremos por um breve histórico das APACs, com especial atenção à gênese da unidade de Santa Luzia. Será realizado, também uma descrição dos princípios norteadores da metodologia apaqueana e uma visão, a partir dos estudos de Laura Jimena Ordoñez Vargas (2011), sobre a cultura institucional da APAC a respeito do crime, do criminoso e da pena frente à história da tradição jurídica.

2.1 Histórico das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC’S.

A primeira APAC nasce na cidade paulista de São José dos Campos, por iniciativa do advogado Mário Ottoboni, que na ocasião, sentiu-se pessoalmente incomodado pelo infortúnio dos presos da cadeia local, denominada Humaitá. Inicialmente, com um forte apelo religioso, o grupo denominou-se Amando o Próximo, Amarás a Cristo – APAC. Com o passar dos anos, devido a muitas dificuldades vividas pelos voluntários para levar o trabalho adiante (perseguições, ameaças e processos), para fins de defender juridicamente o grupo e o processo já iniciado, fundou-se então, em 1974 a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, utilizando-se da mesma sigla.

Em 1983, um grupo de voluntários que visitavam o presídio local, na cidade de Itaúna, centroeste mineiro, interessou-se pela experiência que estava acontecendo em São Paulo. Após conhecer, *in loco*, a experiência de São José dos Campos, a APAC de Itaúna começou a funcionar, mas só veio a adquirir personalidade jurídica em 1985, quando foi fundada como associação civil, sem fins lucrativos e registrado seu primeiro estatuto. Tornava-se então, órgão auxiliar da justiça daquela comarca na execução penal.

Quinze anos depois, em 2000, os resultados deste trabalho chegaram ao conhecimento do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), que ao visitar e acompanhar a experiência da APAC de Itaúna, decidiu criar o Projeto Novos Rumos na Execução Penal visando à expansão do modelo, em todo o Estado. Atualmente são 96 iniciativas em todo Estado de Minas Gerais, dentre elas 34 realizam a gestão de presídios sem a presença da polícia civil, militar ou agentes penitenciários. Ao todo, no Brasil são 147 iniciativas de APACs e no Mundo 24 experiências. (FBAC, 2012).

2.2 Como nasceu a APAC de Santa Luzia.

Em maio de 2000, um grupo de voluntários cristãos da congregação dos Irmãos Maristas, da Pastoral Carcerária da Arquidiocese de Belo Horizonte e membros da PUC Minas junto com a então Secretária Adjunta de Direitos Humanos, órgão da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (atualmente Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS)), iniciaram uma parceria visando discutir a criação de uma instituição para condenados pela Justiça, dentro da concepção do método das APACs, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Em parceria com o curso de Arquitetura da PUC Minas, após estudos realizados junto às APACs que já funcionavam, foi elaborado um projeto socioeducativo e arquitetônico específico para aplicação da metodologia, contemplando a execução da pena nos regimes fechado e semiaberto. O projeto arquitetônico, desenvolvido pela PUC Minas, é inovador, já que, segundo seus idealizadores, esta é a única unidade no mundo cuja arquitetura prisional foi concebida tendo em vista o método Apac.

O projeto foi inicialmente proposto à comunidade da cidade de Betim na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), e numa audiência pública local, com as lideranças da comunidade, houve uma ampla rejeição. O grupo persistiu na ideia de se criar uma APAC, próximo à cidade de Belo Horizonte, escolhendo como sede Santa Luzia.

O município de Santa Luzia, região metropolitana de Belo Horizonte/MG, possui uma área de 234, 454 Km². Sua população é de 222.507 habitantes (IBGE, 2007). Sua área subdivide-se em Parte Alta, Parte Baixa, Distrito São

Benedito, Distrito Industrial Simão da Cunha e Zona Rural. Neste município, a APAC tem sua sede à Estrada Alto das Maravilhas, 3111 – Bairro Frimisa.

Santa Luzia ocupa posição de destaque como uma das cidades mais violentas de Minas Gerais. Entre os crimes violentos estão assalto à mão armada, estupro tentado e consumado, roubo, homicídio tentado e consumado, seqüestro e cárcere privado, latrocínio e extorsão mediante seqüestro, além do tráfico de drogas e o abuso no consumo de álcool. (Polícia Militar 69ª Cia de Santa Luzia). Os dados concretos fornecidos pela instância policial notificam que a região de Santa Luzia e seu entorno atingiram um patamar alarmante no que diz respeito às suas vulnerabilidades sociais.

A comunidade escolhida pelo Poder Público local, para implantação do projeto em Santa Luzia/MG foi o bairro Frimisa que a rejeitou, talvez por desconhecimento da proposta e por uma percepção, por parte dos moradores, de que estava sendo-lhe imposta a implantação do Centro de Reintegração Social onde seria aplicado o método APAC.

Na sessão onde seria votado o início dos trabalhos da APAC, na Câmara dos Vereadores local, a população do bairro Frimisa se apresentou em peso para rechaçar a ideia de ser vizinha de um presídio e a forma impositiva como lhe pareciam estar sendo direcionada à comunidade.

Um dos folhetins locais, o jornal O Grito, destacou em primeira página este evento na edição N° 364, com o título “Presídio Não!” enfatizando que os moradores do bairro Frimisa eram contra a instalação do presídio da APAC no bairro. “O motivo do repúdio popular seria pelo fato dos moradores não terem sido consultados (O GRITO, 2001).”

Alguns dos moradores presentes se pronunciaram contra a implantação da APAC, cobrando dos legisladores locais mais empenho na saúde e educação. “... a comunidade não tem nada contra o projeto, que para muitos é lindo. ‘Mas ninguém quer um ‘presídio’ como vizinho e encostado em casa.’ (O GRITO, 2001).

As opiniões eram divergentes. Para o Legislativo, conforme defendeu um dos vereadores à época, “... é inconcebível que a cidade continue mandando para a Capital (Belo Horizonte), os seus criminosos e por isso defende a criação da APAC no município. ‘Ninguém quer recuperar preso. Aqui (Santa Luzia) só tem santo’(sic)” (O GRITO, 2011).

A equipe de apoio à instalação do CRS de Santa Luzia já havia promovido uma visita ao Centro de Reintegração Social de Itaúna/MG, onde há mais de trinta anos está sendo aplicada a metodologia apaqueana. Com conhecimento de causa, diversas lideranças da comunidade luziense demonstraram seu apoio à implantação da APAC e sua continuidade, inclusive aportando membros da comunidade ao rol de voluntários, até hoje.

O mesmo jornal, em uma enquete entrevistou alguns moradores com a seguinte pergunta: Você gostaria de ter uma APAC em sua cidade? E dos cinco entrevistados apenas um ponderou um argumento contrário que diz que “É necessário uma APAC em Santa Luzia, porém a prefeitura não colocou para a população local e quis impor” (O GRITO, 2011).

A obra foi construída com investimentos que vieram do Ministério da Justiça e o do Estado de Minas Gerais. Terminadas as obras, em uma visita de vistoria do Ministério da Justiça, os técnicos do Ministério da Justiça, ao conhecerem o projeto, afirmaram “tratar-se da maior revolução em termos de arquitetura prisional”.

Assim, aquele grupo inicial, reforçado por pessoas da comunidade, veio assumir a APAC de Santa Luzia, que foi inaugurada oficialmente em 25 de maio de 2006 e começou a receber recuperandos em agosto do mesmo ano. Atualmente, mais de 100 recuperandos encontram-se na unidade prisional. (MINAS GERAIS, 2012).

2.3 Princípios norteadores da metodologia apaqueana: definição elementos fundamentais e filosofia.

Para melhor compreendermos a metodologia apaqueana, destaco agora, os princípios que perpassam a aplicação desta metodologia nos estabelecimentos penais em que está presente, sua filosofia, elementos fundamentais.

A APAC se define como:

“...uma entidade que dispõe de um método de valorização humana, portanto de evangelização, para oferecer ao condenado condições de recuperar-se e com o propósito de proteger a sociedade, socorrer as vítimas e promover a justiça”. (OTTOBONI, 2001, p.29).

O método APAC, primordialmente privilegia a valorização do ser humano que está cumprindo uma pena. Não é incomum assistirmos, no cotidiano dos telejornais

e impressos, infratores condenados figurando como o lixo da sociedade, uma espécie de subproduto do qual se deva proteger-se, esquecer e rejeitar como possibilidade de retorno ao convívio social. Utiliza-se, não raramente, o termo irrecuperável para definir aqueles que são presos, provocando uma ampla, irreduzível e massificadora estigmatização, por via da Justiça Penal.

Goffman define os estigmatizados como “Aqueles que são incongruentes com o nosso estereótipo sobre como deve ser determinado tipo de indivíduos. O termo estigma, portanto, será usado, pois para referir-se a um atributo de profundo descrédito”. (GOFFMAN, 1993, pg 13).

O processo de estigmatização irá ocasionar o que Melo (2005), irá chamar de identidade social estigmatizada. Em seu artigo “Os estigmas: a deteriorização da identidade social”, ao abordar as funções desta identidade, comenta:

A identidade social estigmatizada destrói atributos e qualidades do sujeito, exerce o poder de controle das suas ações e reforça a deterioração da sua identidade social, enfatizando os desvios e ocultando o caráter ideológico dos estigmas. A sociedade impõe a rejeição, leva à perda da confiança em si e reforça o caráter simbólico da representação social segundo a qual os sujeitos são considerados incapazes e prejudiciais à interação sadia na comunidade. Fortalece-se o imaginário social da doença e do "irrecuperável", no intuito de manter a eficácia do simbólico. (MELO, 2005, p.03).

Em um cenário mais amplo de rejeição, provocado pela estigmatização da identidade social, podemos ver o sujeito preso figurar, dentre todos os papéis sociais, como ator principal; considerando-se que, o aprisionamento está, senão em primeiro, dentre os primeiros dos mais estigmatizantes e excludentes lugares sociais.

Entendendo assim, a metodologia da APAC para remediar esta realidade a respeito dos presos, oferece como alternativa a essa estigmatização, a valorização humana. Aliado aos princípios religiosos que fazem parte do seu método, a APAC compreende que “Valorizar o ser humano é, em sua essência, evangelizá-lo, reconhecê-lo em seu todo como irmão, incluído no plano de felicidade.” (OTTOBONI, 2001). Trata-se, de implementar ações concretas, voltadas para o resgate da dignidade, da sociabilidade, da autoestima, da saúde, da família, da reinserção social, enfim de todos os aspectos que o método julga necessários para a promoção da recuperação do indivíduo.

Aliás, recuperação e recuperandos são os conceitos privilegiados na APAC para fazer referência ao processo de transformação e ao sujeito condenado à prisão, respectivamente. Estes termos parecem mais apropriados e condizentes com a proposta de valorização humana, segundo seus idealizadores. A respeito do termo recuperando para designar os presos, Ottoboni pondera:

Dentro da proposta de valorização humana o termo 'recuperando, ou seja, aquele que vai se recuperar, é o mais adequado em detrimento de termos como educando, reeducando, apenado, interno ou sentenciado, os quais embora verdadeiros não deixam de depreciar e chocar o ser humano. (OTTOBONI, 2001, p.22).

E continua:

Assim, recuperando porque: recupera-se a saúde, recupera-se o toxicômano, recupera-se o alcoólatra; recupera-se o homem no sentido lato: educando-o, valorizando-o, alfabetizando-o, profissionalizando-o e revelando-lhe Deus. (OTTOBONI, 2001, p.101).

Este é mais um dos aspectos do perfil que a APAC tem deste homem que cumpre pena privativa de liberdade, trata-se de alguém que precisa de recuperação no sentido de rever, retomar, restituir e também, remediar reconstituir, tendo a valorização humana como base de todas as demais ações do método.

Valdeci Ferreira, um dos idealizadores da APAC e atual presidente da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC), órgão responsável por zelar pela fiel aplicação do método no Brasil e que assessora as iniciativas de APACs no exterior, em entrevista à VARGAS (2011), fala sobre a influência da religião no conceito de valorização humana da APAC:

No começo a base do Método APAC era religião. E quando nós sistematizamos a metodologia, a *religião* passa a ser um dos elementos fundamentais. E a *valorização humana* passa a ser a base do Método APAC. Então não é um método de religião, é um método de valorização humana. Nas primeiras definições da APAC, se fala que é um método religioso, hoje, se fala que a APAC é um método de valorização humana. Fizemos essa inversão porque nós descobrimos que o preso, segundo a óptica dele, tem outras necessidades que antecedem as necessidades de Deus. Não tem como você falar de Deus a um recuperando que está com dor de dente há três dias. Não tem como você falar de Deus para um recuperando que está com gastrite, com úlcera. Não tem como você falar que Deus é Pai, que Deus é amor a um recuperando que está abandonado juridicamente, dormindo no chão, tomando banho frio, comendo com a mão. Então, é um Método de Valorização Humana, no sentido que nós vamos devolver-lhe a dignidade, tratá-lo como sujeito de direitos e deveres, nós vamos criar um ambiente favorável, digno, descente, respeitoso onde ele possa cumprir sua pena. E todas as vezes que nós providenciamos o

médico, o dentista, o psicólogo, o professor, o advogado, o medicamento, a roupa, o garfo, nós estamos evangelizando. Aqui a definição de evangelização é segundo o Concílio Vaticano II, não é evangelização no sentido de conversão, converter o outro a esta ou aquela denominação. É evangelização no sentido de ajudá-los a perceber que Deus já habita o coração deles, antes mesmo deles estarem na APAC. Segundo o Vaticano II, a evangelização quer dizer que todo ser humano já possui dentro de si, as sementes do verbo, *seminis verbi*. Mesmo aqueles povos distantes, mesmo aqueles presos que estão lá e que nunca ouviram falar de APAC. Quando Jesus fala de evangelização ele diz: dar pão a quem tem fome, dar roupa a quem tem frio, visitar o preso, acolher o forasteiro e é nesse sentido que nós evangelizamos. Dar ajuda completa. (FERREIRA apud VARGAS, 2011, p.119).

A articulação entre os princípios religiosos e a valorização humana que se mostram presentes no discurso de Valdeci evidencia uma concepção de homem e de sua recuperação, compreendido em diversas dimensões:

concebe-se tanto os recuperandos quanto os processos de recuperação a partir de uma perspectiva multidimensional que, segundo o afirmado por Valdeci Ferreira (entrevista 2009), baseados na definição de pessoa proposta pelo psiquiatra e sobrevivente à experiência dos campos de concentração na Alemanha, Vitor Frankl, se alinha a uma noção de pessoa arquitetada a partir das suas dimensões biopsicosocioespirituais. Somente atingindo todos esses aspectos da pessoa, a recuperação será alcançada. (VARGAS, 2011, p.134)

O vínculo entre a metodologia apaqueana e o *ethos* católico, ou seja, o conjunto de valores católicos está presente desde as origens da APAC como instituição, afinal, foi do trabalho de evangelização católica, junto aos presos da prisão comum, que nasceu a entidade jurídica organizada, civil e de direito privado. A APAC jurídica, por assim dizer, nasce para propiciar o serviço da APAC espiritual:

A APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados), entidade juridicamente constituída, ampara o trabalho da APAC (Amando o Próximo Amarás Cristo), Pastoral Penitenciária [...] Uma ampara a outra, apesar de distintas. É a jurídica que garante a espiritual, e a espiritual, a jurídica. Ambas têm a mesma finalidade: ajudar o condenado a se recuperar e se reintegrar no convívio social. (OTTOBONI, 2001, p. 32-33).

Após vários anos de existência e atuação, o método APAC, que começou através da iniciativa católica, foi incorporando o serviço de outras religiões cristãs. Atualmente defende o ecumenismo cristão.

Retomando a segunda parte da definição da APAC, ao se propor "... oferecer aos condenados condições de recuperar-se, socorrer as vítimas, proteger a

sociedade e promover a justiça”, a APAC procura aplicar as finalidades que o direito penal atribui à pena privativa de liberdade:

Ainda que a Lei de Execução Penal (LEP), no Art. 1º, Título I – Do objeto e da aplicação da Lei de Execução Penal, afirme que: ‘A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado’, sabe-se que nas prisões brasileiras, este objetivo se cumpre de maneira completamente inversa [...] Na aposta pela transformação do comportamento criminoso, o Método APAC, propõe de fato se aderir à transformação da prisão em um tempo-espaço terapêutico e regenerador, como também o prevê a LEP.” (VARGAS, 2011, p. 127).

Segundo as ideias discutidas por Vargas (2011), a APAC não é uma alternativa à prisão, mas se propõe como uma prisão alternativa, sustentando:

- 1) finalidades jurídicas que a possibilitam atuar como auxiliar da justiça penal
- 2) finalidades metodológicas com o intuito de neutralizar o comportamento criminoso.

Para operacionalizar estas finalidades, o método foi dimensionado em 12 elementos:

1. Participação da comunidade.
2. Recuperando ajudando o recuperando;
3. Trabalho.
4. A religião e a importância de se fazer a experiência de Deus;
5. Assistência Jurídica;
6. Assistência à saúde (médica, odontológica, psicológica, etc.)
7. Valorização Humana;
8. A família;
9. O voluntário e o curso de formação;
10. Centro de Reintegração Social (CRS);
11. Mérito;
12. Jornada de Libertação com Cristo;

O principal idealizador do Método, Mario Ottoboni, a respeito dos doze elementos afirma que:

Nasceram após exaustivos estudos e reflexões para que produzissem os efeitos almejados. É importante destacar que a observância de todos eles na aplicação da metodologia é indispensável, pois é no conjunto

harmonioso de todos eles que encontraremos respostas positivas. (OTTOBONI, 2001, p.64).

Considerando a finalidade da APAC, percebemos que com o amparo jurídico necessário, a aplicação da metodologia apaqueana baseada na valorização humana, de modo criativo e particular, vai construindo e inventando novas possibilidades para atingir resultados genuínos de recuperação dos presos, conciliando, discursiva e operacionalmente as funções de retribuição e de reinserção social da pena. Esta última, pautada pelas ideologias criminológicas positivistas que concebem a prisão como um lugar de tratamento e cura. Essa ideia pode ser também verificada em sua filosofia que se propugna “Matar o criminoso e salvar o homem”.

2.4 ‘Cultura’ Institucional sobre o crime, o criminoso e a pena frente à história da tradição jurídica.

Neste item, utilizamos o trabalho de Vargas (2011): “É possível humanizar a vida atrás das grades? Uma etnografia do método de gestão carcerária APAC”. Com a ajuda deste trabalho visamos demonstrar qual a concepção de crime, criminoso e pena a APAC, como instituição, possui, e como estas concepções estão inseridas na evolução da tradição jurídica criminal, para entender também, como estes princípios atravessam (ou não) as falas dos recuperandos a respeito do mesmo tema.

Os princípios supracitados foram desenvolvidos pela autora no capítulo quarto de seu trabalho com o título: “Teoria Institucional ‘nativa’ sobre o crime, o criminoso e a pena”.

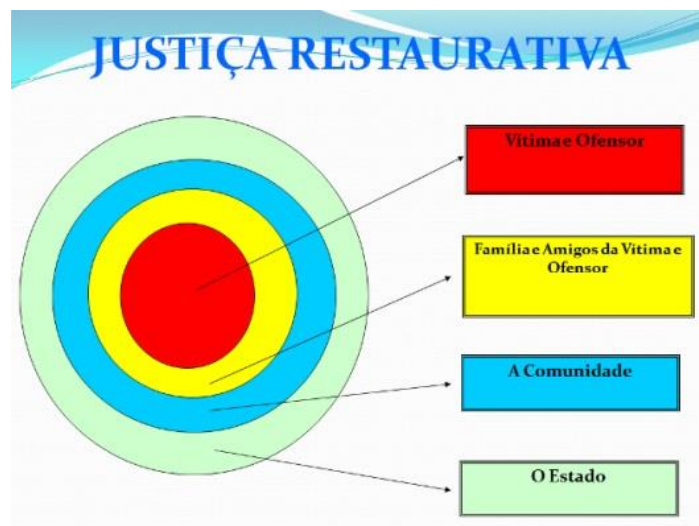
A respeito desta teoria, Vargas defende que:

A teoria institucional nativa apaqueana, como qualquer abordagem de justiça e de direitos, se constrói com base em um sistema de justificação. Da mesma forma, a partir de uma bricolagem de discursos – teológicos (católicos), jurídicos (criminológicos) e psicológicos (terapêuticos), seletivamente apropriados, o Método APAC se sustenta sobre um arcabouço discursivo por meio do qual arquiteta uma particular noção de pessoa ou um tipo ideal de sujeito – o recuperando –, explica e dá sentido ao seu comportamento e suas experiências, e, ao mesmo tempo, pretende agir sobre elas, no caso, recuperá-las. (VARGAS, 2011, p. 116)

Essa, por assim dizer “cultura” institucional, faz despontar a concepção do que venha a ser o crime, o criminoso e a pena para o método APAC.

Em se tratando do crime, em suas apresentações a respeito do método, a APAC acerca-se ao tema por intermédio de metáforas que aludem à ideia nativa do que vem a ser o crime. Por metáfora concebe-se o que FERRAZ(2011) vai definir como: “... um signo complexo (ou composto), cuja semiose envolve de modo determinante um argumento sem, no entanto, reduzir-se a ele.”

Uma dessas metáforas fala que o crime é comparado a uma pedra lançada em um rio. Antes, ele estava calmo e quando se lança a pedra, ela toca a superfície do rio e vai até o fundo com violência, rompendo um equilíbrio que provoca ondas que chegam, por propagação, até as margens. Os primeiros a serem atingidos são vítima e agressor, depois familiares e amigos de ambos envolvidos, a comunidade e por fim o Estado. Esta metáfora do crime, que é componente do tema: Justiça Restaurativa é ilustrada pela APAC com a seguinte figura:



Fonte: FBAC (2013)

O crime nesta metáfora é tratado como o ato, conforme o discurso jurídico, e não como organização ou instituição social. No discurso dos recuperandos, encontramos o crime como forma de se organizar socialmente. Talvez, no discurso dos idealizadores da APAC, sobre o criminoso, possamos capturar com mais nitidez, a imagem que ela faz do crime como organização.

Ao falar do sujeito criminoso, Ottoboni irá ressaltar que:

O delinquente é, na realidade, um doente gerado no ventre da ausência do afeto e do amor, do desemprego, da falta de moradia, do desequilíbrio

social, da fome, da injustiça, da péssima assistência previdenciária, dos preconceitos que, no estabelecimento penal, vê agravada essa condição. (OTTOBONI, 2001, p.70)

E ainda que: “O preso é um penitente, porque condenado a cumprir pena, faz penitência. Trata-se de um período de introspecção, de se voltar para dentro de si, de fazer uma revisão de vida, de emenda.” (OTTOBONI e FERREIRA, 2004, p. 109). Tal concepção remete também à ideia que remonta aos primórdios da prisão, concebida como tempo-lugar de sofrimento, expiação de culpas, reflexão e penitência por algum mal causado.

Emerge destas concepções do criminoso, uma ideia de crime-organização como sendo uma entidade que vitima o homem através da falha moral. O criminoso como um pecador que necessita espiar sua culpa social em prisões por ter cedido à sedução do crime.

Segundo Vargas (2011), na teoria institucional ‘nativa’, a respeito do criminoso e do crime, afirma que, os idealizadores aderem à ideia humanista clássica “ao conceber o crime e o criminoso na sua humanidade, quer dizer que, todas as pessoas, por sua condição humana, são passíveis de praticar o mal” (VARGAS, 2011, p. 129).

Valdeci Ferreira, ao declarar-se sobre isso na entrevista à Vargas irá relatar:

Não existe nada mais humano que o crime. Eu penso que o criminoso deve ser visto na sua humanidade. Como um humano, capaz de cometer atos falhos. Se formos observar a nossa humanidade, não escapa ninguém. Aqui, no nosso meio, nós não temos inocentes. (VARGAS, 2011, p.129).

Ottoboni, em outro lugar, corrobora com esta ideia:

Todo ser humano carrega dentro de si um homem pronto para matar ou morrer, disposto à guerra e à paz. Traz em si a força do amor e do ódio, do perdão e da vingança. Quando possuído pela força do pecado, distante da realidade de filho de Deus é capaz de cometer todo tipo de atrocidades. Santo Agostinho afirmava: ‘Não existe um pecado que o homem cometa, que o outro não seja capaz de cometer’; e Francisco de Assis dizia: ‘todos nós temos dentro do coração um lobo voraz, capaz de causar o pânico e a morte’. São Paulo chamou a tudo isso de ‘homem velho’.”. (OTTOBONI, 2001, p.45)

Partindo das ideias de Vargas (2011), Cessare Beccaria, compartilhando desta mesma visão humanista clássica, concebe o criminoso como um agente racional que resolve transgredir a lei e pecar, baseado no livre arbítrio.

Fundadas num contrato social livremente firmado, as leis eram consideradas produtos de um consenso democrático e, portanto, legítimas. Legítima também era a punição que recaía sobre aquele que, baseado em seu livre arbítrio decidisse transgredi-las, devendo por isso ser levado ao arrependimento moral e à expiação da culpa, através do cumprimento da pena-prisão. (RAUTER apud VARGAS, 2011, p.129).

A definição de criminoso como doente social e moral é outro elemento da teoria institucional nativa da APAC:

O criminoso é um doente social (moral) atacado pelo vírus da violência e do materialismo. Por isso, tem que ser tratado, com um tratamento eminentemente ético (...) o próprio preso reconhece que precisa de formação moral e cristã. Em decorrência disto, o método cuida primeiro e principalmente da recuperação moral compreendida com sustentáculo para o todo. (NETO apud VARGAS, 2011, p.129)

Definindo o criminoso como um doente social, a teoria institucional nativa da APAC adere aos pressupostos da escola do positivismo francês, que desloca as causas da criminalidade, imputada às pessoas, para o meio social onde são socializadas. A esse respeito declara Vargas que:

Lacassagne e Gabriel Tarde são alguns dos expoentes desta assim denominada, mesologia criminal. Diferentemente, do positivismo italiano, como o lombrosiano do século 19, que sustenta que o criminoso nasce criminoso devido às configurações genéticas manifestas nas características biológicas da pessoa, no seu fenótipo, que a determinam e que fixam irremediavelmente seu destino criminoso, a escola positivista francesa é menos ligado a atavismos e muito mais à influência do meio. (VARGAS, 2011, p. 130).

O crime concebido como uma doença psíquica e o criminoso como um psicopata, com desvio de personalidade também faz parte da concepção 'nativa' da instituição:

Outra definição segundo Ottoboni é que: "A delinquência é um desvio da personalidade, sintoma de desequilíbrio, de doença emocional, no mesmo nível de manifestações histéricas, esquizofrênicas e maniaco-depressivas.". (OTTOBONI,

2001, p.68). Adiante ele continua sua definição a respeito desta concepção afirmando que:

“A personalidade psicopata ou antissocial parece normal, ajustada, mas na verdade, carece do fundamental para que as pessoas se entendam: a lealdade para com as outras pessoas. Embora não se tenha uma ideia clara dos fatores que concorrem para a formação dos traços antissociais do psicopata, parece que os principais são o reforço dos atos antissociais na infância, a falta de um sistema de valores por parte dos pais com os quais as crianças aprendem a julgar os próprios atos como certos ou errados, bons ou maus, existência de mãe indulgente ou pai que protege o filho das normais consequências do comportamento antissocial. (OTTOBONI, 2001, p.71).

Ao definir criminoso e crime, seja como agente racional, doente moral, social ou psiquiátrico, a teoria institucional nativa à APAC se filia a algumas concepções que têm permeado a história da tradição jurídica, que abrangem ideais da criminologia clássica desde Beccaria, de Ferri, passando pela mesologia criminal de Tarde e Lacasagne até chegar à criminologia positivista.

O discurso oficial apaqueano sustenta e justifica o sistema de justiça e de direitos propostos, apropriando-se destas noções.

Não se pode olvidar que, o crime, a partir desta cultura institucional, não é evidente como uma organização social, ou mesmo uma instituição fora da lei, (mas ainda assim instituição); não figura em nenhuma das considerações dos idealizadores da APAC, o crime como uma organização e sim, conforme a metáfora da pedra no rio, direcionado ao ato criminoso com ênfase na responsabilidade individual.

Ao abordar-se o conceito de criminoso, em busca da ideia de crime, percebe-se que o foco se dá no “tratamento”, jurídico, psicológico, moral, social ou psiquiátrico do criminoso, adotando, assim a ideia do crime como um ente ofensor e o criminoso como doente deste mal.

3 O CONCEITO DE IDENTIFICAÇÃO E UMA IMPORTANTE DESCOBERTA NA PSICANÁLISE FREUDIANA

“A identificação é conhecida pela psicanálise como a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa”. S.Freud.

Veremos neste item, a evolução da teoria da identificação, na psicanálise Freudiana até a obra “Psicologia das massas e análise do Ego”. Nela encontraremos um ensaio mais nítido do tema das identificações e também a aparição de um outro conceito, importante para análise de sua hipótese: o estado de estar amando.

Por meio do documentário: “Falcão: meninos do tráfico” de MV Bill e Celso Athayde (2010), será feita uma aproximação entre a teoria psicanalítica e a vivência dos atores do tráfico a respeito de identificação e o estado de ‘estar amando’.

3.1 A teoria da identificação em psicanálise

A teoria da identificação na obra de Freud tem sua aparição no início das discussões sobre o ‘Ideal de Eu’, no ano de 1914, em sua obra “Sobre o narcisismo: uma introdução” (Freud, 1996). A importância deste conceito para a teoria da identificação é crucial. Segundo Laplanche e Pontalis:

“Instância da personalidade resultante da convergência do narcisismo (idealização do ego) e das identificações com os pais, com seus substitutos e com os ideais coletivos. Enquanto instância diferenciada, o ideal de ego constitui um modelo a que o sujeito procura conformar-se”. (LAPLANCHE e PONTALIS, 2001, p. 222).

Roudinesco irá definir a identificação como sendo “... a renúncia à onipotência infantil e ao delírio de grandeza, característicos do narcisismo infantil, que possibilita o surgimento de um outro ideal”. (ROUDINESCO, 1997).

Inicialmente na teoria de Freud, a criança constituía seu próprio ideal. A formação deste ideal seria do lado do eu a condição do recalque. Laplanche e Pontallis (2001), ao analisar esta construção do próprio ideal em Freud irão declarar que:

“Na obra de Freud, o conceito de identificação assumiu progressivamente o valor central que faz dela, mais do que um mecanismo psicológico entre

outros, a operação pela qual o sujeito se constitui". (LAPLANCHE e PONTALIS, 2001, p. 227).

Esta "progressividade" de que trata Laplanche e Pontalis (2001), diz respeito ao amadurecimento do conceito, dada sua importância à observação clínica de Freud. Três anos depois, em 1917, em seu texto "Conferências introdutórias sobre psicanálise" (Freud, 1976), Freud modificará sua concepção de ideal do eu para convertê-lo numa instância do próprio eu que herdará as funções da "consciência moral".

Somente em 1921 no texto "Psicologia das massas e análise do eu" (Freud, 2006), Freud dará ao ideal do eu um lugar de destaque. O ideal do eu adquire um *status* distinto do eu. Nesta brilhante obra, Freud irá dar corpo à teoria da identificação a fim de melhor compreender os processos que possibilitam a formação dos grupos.

Para os editores da tradução inglesa, a importância do trabalho versa sobre dois sentidos diferentes:

Por um lado, explica a psicologia dos grupos com base em alterações na psicologia da mente individual, e, por outro, leva um passo à frente a investigação freudiana da estrutura anatômica da mente. [...] a ser completamente elaborada em *O Ego e o Id (1923b)*. (FREUD, 2006, p. 80).

Ambos os sentidos irão corroborar com esse trabalho favorecendo um melhor entendimento do conceito de identificação.

O pai da psicanálise introduz sua obra "Psicologia do grupo e análise do eu", relatando a influência do grupo sobre o indivíduo e ressalta que essa influência é admitida de maneira mais profunda pelo indivíduo apenas por um grupo restrito de outros indivíduos que se lhe torne importante.

O indivíduo, nas relações que já mencionei – com os pais, com os irmãos e irmãs, com a pessoa amada, com os amigos e com o médico –, cai sobre a influência de apenas uma só pessoa ou mesmo de um número bastante reduzido de pessoas, cada uma das quais se torna enormemente importante para ele.. (FREUD, 2006, p. 82).

O autor irá perseguir a concepção de grupo para alcançar seus objetivos de compreensão de como eles (os grupos), se instituem. Para tanto, Freud conta com a literatura já existente em sua época, sobre o tema, do qual ele irá realçar as contribuições de Le Bon em *Psychologie des foules* (1855) e MacDougall em *The Group Mind* (1920).

Das ideias de Le Bon, Freud destaca o conceito de “mente coletiva”, que atua como certa contingência dos grupos; adota também a ideia de que os grupos psicológicos, através da integração de seus membros compõe provisoriamente um ‘ser’ grupal que restringe os dotes particulares dos indivíduos e expõe as funções inconscientes do grupo:

A peculiaridade mais notável apresentada por um grupo psicológico é a seguinte: sejam quem forem os indivíduos que o compõem, por semelhantes ou dessemelhantes que sejam seu modo de vida, suas ocupações, seu caráter ou sua inteligência, o fato de haverem sido transformados num grupo coloca-os a posse de uma espécie de mente coletiva que os faz sentir, pensar e agir de maneira muito diferente daquela pela qual cada membro dele, tomado individualmente, sentiria, pensaria e agiria, caso se encontrasse em estado de isolamento. (LE BON apud FREUD, 2006, p. 84).

Contudo, permanece para Freud a seguinte questão: o que é esse elo que une os indivíduos num grupo? Analisando mais cautelosamente os indivíduos em situação de grupo, ele irá começar a intuir certo fascínio por parte dos membros dos grupos que se assemelha à condição da hipnose. Todavia, para Freud, Le Bon deixa uma lacuna a respeito de um dos principais elementos de comparação entre a hipnose e os grupos no que diz respeito à pessoa que deveria substituir, no caso dos grupos, o papel do hipnotizador. Neste ponto, o autor parece já intuir a importância do papel do líder para possibilitar o elo grupal. Para ele:

Um grupo é um rebanho obediente, que nunca poderia viver sem um senhor. Possui tal anseio de obediência, que se submete instintivamente a qualquer um que se indique a si próprio como chefe. (FREUD, 2006, p. 91).

Desponta neste momento, no texto o papel do líder e suas características. Essa figura grupal, tão bem estudada neste trabalho de Freud, será de suma importância na elaboração das ideias que compõe o propósito desta monografia. Por exemplo, a noção de que o líder é uma espécie de “encarnação” do ideal grupal, onde se personifica os propósitos do grupo. Para Freud o líder:

Deve ser fascinado por uma intensa fé (numa ideia), a fim de despertar a fé do grupo; tem de possuir vontade forte e imponente, que o grupo, que não tem vontade própria, possa dele aceitar. [...] Em geral, acredita que os líderes se fazem notados por meio das ideias em que eles próprios acreditam fanaticamente. (FREUD, 2006, p.91).

A partir deste lugar de ideal grupal, o líder irá exercer sobre os demais, uma espécie de prestígio, segundo o autor, que trará novamente a temática da hipnose para o campo da comparação com o processo grupal segundo o qual: “O prestígio é uma espécie de domínio exercido sobre nós por um indivíduo, um trabalho ou uma ideia. Paralisa inteiramente nossas faculdades críticas e enche-nos de admiração e respeito. Parece que desperta um sentimento como o da ‘fascinação’ na hipnose”. (FREUD, 2006, p. 92).

Das contribuições de McDougall, apontadas por Freud, destaca-se para o propósito deste trabalho o fato de o indivíduo submeter-se a uma autoridade, até então, no texto, tida por autoridade grupal. O grupo exerce sobre o indivíduo uma espécie de magnetismo afinal: “Em obediência à nova autoridade (mente grupal), pode colocar sua antiga ‘consciência’ fora de ação e entregar-se à atração do prazer aumentado, que é certamente obtido com o afastamento das inibições”. (FREUD, 2006, p.95).

As inibições de que Freud está tratando aqui, dizem respeito aos instintos sexuais. Aqui começa a se desenhar parte da substância que compõe este laço grupal. Para o autor, se trata do amor. Este amor será definido por Freud na concepção que ele desenvolve sobre a libido. Seguindo com Freud temos que:

Libido é a expressão extraída da teoria das emoções. Damos esse nome à energia, considerada como uma magnitude quantitativa (embora na realidade não seja presentemente mensurável), daqueles instintos que têm a ver com tudo o que pode ser abrangido sob a palavra ‘amor’. O núcleo do que queremos significar por amor consiste naturalmente (e é isso que comumente é chamado de amor e que os poetas cantam) no amor sexual, com a união sexual como objetivo. Mas não isolamos disso – que, em qualquer caso, tem sua parte no nome ‘amor’ -, por um lado, o amor próprio, e, por outro, o amor pelos pais e pelos filhos, a amizade e o amor pela humanidade em geral, bem como a devoção a objetos concretos e a ideias abstratas. Nossa justificativa reside no fato de que a pesquisa psicanalítica nos ensinou que todas essas tendências constituem expressão dos mesmos impulsos instintuais; nas relações entre os sexos, esses impulsos força seu caminho no sentido da união sexual, mas, em outras circunstâncias, são desviados desse objetivo ou impedidos de atingi-lo, embora sempre conservem o bastante de sua natureza original para manter reconhecível sua identidade (como em características tais como o anseio de proximidade e o auto-sacrifício). (FREUD, 2006, p.101).

Vamos nos deter, por um instante a compreender este conceito de amor exposto por Freud e qual será sua função na teoria das identificações, que é o intento deste trabalho. Se bem que, a respeito da conceituação do que é o amor, o autor é suficientemente claro ao apontar, às expressões dos instintos sexuais, as múltiplas nuances do que comumente é chamado de amor, incluso promovendo uma classificação original a partir da ideia de inibição e desinibição destes próprios instintos. Quanto à utilidade desta definição para a teoria das identificações o autor arrisca supor, neste momento do texto que "... as relações amorosas (ou, para empregar expressão mais neutra, os laços emocionais) constituem também a essência da mente grupal.". (FREUD, 2006, p.102), e continuando neste raciocínio escreve que "...um grupo é claramente mantido unido por um poder de alguma espécie; e a que poder poderia essa façanha ser mais bem atribuída do que a Eros, que mantém unido tudo o que existe no mundo?". (FREUD, 2006, p.103). Neste caso, Eros figura como este representante mitológico do amor sexual.

A via dos instintos sexuais inibidos em seu objetivo será o caminho alternativo percorrido para se chegar à identificação. Assim se conclui que, catexia de objeto, que marca a expressão dos instintos sexuais desinibidos, tal como é conhecida na vida sexual, por meio da psicanálise, não representa a única maneira de laço emocional com outras pessoas.

A identificação, segundo o autor, por seu comportamento parece decorrer da primeira fase da organização da libido, a fase oral em que o objeto querido é ingerido, sendo por assim dizer, eliminado. Desde o início, atua de modo ambivalente, podendo tornar-se uma expressão de afeição, tanto quanto de repulsa. Para se expressar mais claramente, Freud irá também aproximar à ideia de identificação à de escolha de objeto:

É fácil enunciar numa fórmula a distinção entre a identificação com o pai e a escolha deste como objeto. No primeiro caso o pai é o que gostaríamos de *ser*, no segundo, o que gostaríamos de *ter*, ou seja, a distinção depende de o laço se ligar ao sujeito ou ao objeto do ego. (FREUD, 2006, p.116).

A origem das identificações será então abordada pelo autor para ilustrar melhor sua teoria. Freud aponta três possibilidades de origem. Para todas, tomaremos por referência o complexo de Édipo, em que, a criança se opõe a um dos pais que barra sua escolha do outro elemento do par parental como objeto de

amor. Na primeira hipótese, exemplifica, citando o caso de uma menina desenvolver o penoso sintoma que sua mãe, uma tosse atormentadora:

...neste caso, significa um desejo hostil, por parte da menina, de tomar o lugar da mãe, e o sintoma expressa seu amor objetual pelo pai, ocasionando realização, sob influencia do sentimento de culpa, de seu desejo de assumir o lugar da mãe: 'Você queria ser sua mãe e agora você é – pelo menos, no que concerne a seus sofrimentos'. (FREUD, 2006, p.116).

A identificação adveio por meio do sintoma idêntico ao da mãe, por querer estar em seu lugar. Outra possibilidade é a de o sintoma poder ser o mesmo que o da pessoa amada, como no caso de Dora (FREUD, 1972, p.79) que imitava a tosse do pai:

Neste caso, só podemos descrever o estado de coisas dizendo que a identificação apareceu no lugar da escolha de objeto e que a escolha de objeto regrediu para a identificação. [...] frequentemente acontece que, sob as condições em que os sintomas são construídos, ou seja, onde há repressão e os mecanismos do inconsciente são dominantes, a escolha do objeto retroaja para a identificação: o ego assume as características do objeto" (FREUD, 2006, p.116).

Ou casos em que a identificação deixa inteiramente de fora de consideração qualquer relação de objeto com a pessoa que está sendo copiada. O autor irá elaborar como exemplo o caso de uma moça em regime de internato, receber uma carta de alguém por quem esteja secretamente enamorada e isso lhe despertar ciúmes com reações por meio da histeria. Algumas de suas conhecidas, ao saberem disso, podem adotar a mesma crise, por assim dizer, através de uma contaminação mental. Freud defende que a identificação não é por simpatia mas ao contrário a simpatia decorre da identificação, afinal as outras moças também gostariam de ter um secreto caso amoroso e sob influência do sentimento de culpa, aceitam o sofrimento envolvido nele, pois para a culpa, a intenção equivale ao ato.

O mecanismo é o da identificação baseada na possibilidade ou desejo de colocar-se na mesma situação. [...] Um determinado ego percebeu uma analogia significante com outro sobre certo ponto [...] uma identificação é logo após construída sobre esse ponto e, sob a influência da situação patogênica, deslocada pra o sintoma que o primeiro ego produziu". (FREUD, 2006, p.117).

Parafraseando Freud, aprendemos dessas três fontes que: primeiro, a identificação constitui a forma original de laço emocional com um objeto; segundo,

de maneira regressiva, ela se torna suplente para os casos de uma vinculação de objeto libidinal, por assim dizer, por meio da introjeção do objeto no ego; e terceiro, pode surgir como qualquer nova percepção de uma qualidade comum partilhada com alguma outra pessoa que não seja objeto do instinto sexual. (FREUD, 2006, p. 117).

O importante caráter da origem das identificações nos remete novamente, de forma indireta, para um personagem que dispara o processo de identificação ao qual, Freud irá assinalar na direção do líder:

... Já começamos a adivinhar que o laço mútuo existente entre os membros de um grupo é de natureza de uma identificação desse tipo, baseada numa importante qualidade emocional comum, que podemos suspeitar que essa qualidade comum reside na natureza do laço com o líder. (FREUD, 2006, p. 117).

Para demonstrar como essas identificações atuam no âmbito da psicologia individual, Freud irá lançar mão de seus estudos sobre a melancolia para indicar, como se estrutura o ego. O estudo das melancolias mostra o ego separado em duas partes, uma das quais vocifera contra a segunda. Para o próprio Freud:

“Esta segunda parte é aquela que foi alterada pela introjeção e contém o objeto perdido. Porém a parte que se comporta tão cruelmente tampouco a desconhecemos. Ela abrange a consciência, uma instância crítica dentro do ego, que até em ocasiões normais assume, embora nunca tão implacável e injustificadamente, uma atitude crítica para com a última.[...] A essa instância chamamos de ‘ideal de ego’ e, a título de funções, atribuímos-lhe a auto-observação, a consciência moral, a censura dos sonhos e a principal influência na repressão.”. (FREUD, 2006, p.119).

Neste momento, se desenha um esboço mais nítido da teoria da identificação, dando ao ideal de ego funções bem definidas (auto-observação, a consciência moral, a censura dos sonhos e a principal influência na repressão); para além dessas o autor irá destacar também a de verificar a realidade das coisas.

Freud irá perceber nele (ideal do ego), uma formação claramente diferenciada do ego, que permite explicar a fascinação amorosa, a dependência para com o hipnotizador e a submissão ao líder, quando ocorre de uma pessoa ser colocada pelo sujeito no lugar do seu ideal de ego. Assim, “Podemos apenas ver que a

identificação esforça-se por moldar o próprio ego de uma pessoa segundo o aspecto daquele que foi tomado como modelo.” (FREUD, 2006, p.116).

Na conferência de número 31 do texto “Novas conferências de introdução à psicanálise”, Freud irá se dedicar então a concluir o conceito de Identificação. Para Freud (1933) a identificação é:

Processo psicológico, pelo qual um sujeito assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo de outro e se transforma total ou parcialmente, segundo o modelo desse outro. A personalidade constitui-se e diferencia-se por uma série de identificações. [...] uma identificação, isto é, a assimilação de um eu a um outro, estranho, que tem por consequência que este primeiro eu se comporta, de certo modo, da mesma maneira que o outro, imitando-o e, numa certa medida, toma-o em si.(FREUD, 1933)

Freud irá lançar mão da teoria da hipnose para abordar, dentro da complicada textura do grupo a relação entre o indivíduo e o líder, a fim de elaborar uma fórmula para a constituição libidinal dos grupos que têm um líder e cuja organização, não permitiu ao grupo as características de indivíduo. “Um grupo primário desse tipo é um certo número de indivíduos que colocaram um só e mesmo objeto (o líder) no lugar de seu ideal do ego e, conseqüentemente, se identificaram uns com os outros em seu ego”. (FREUD, 2006, p.126).

Para a finalidade deste trabalho, destaca-se que a identificação funciona na vida do adolescente como uma assimilação-ingestão do modelo que ele aprecia, marcadamente como na primeira fase de organização da libido, fase oral. Assim como na horda primeva (Totem e tabu), em que os irmãos matam e ingerem (por ciúme) aquele que desejam ser, (ao mesmo tempo assumindo sua “substância” e o aniquilando), pela introjeção do objeto amado, no caso dos modelos identificatório, encarnados pelos atores do tráfico de drogas e do crime em geral; ele assume características subjetivas deste modelo. Afinal, “... um homem, quando não pode estar satisfeito com seu próprio ego, tem, no entanto, possibilidade de encontrar satisfação no ideal do ego que se diferenciou do ego.”. (FREUD, 2006, p.119).

3.2 Uma descoberta no percurso: ‘estar amando’

O estudo da teoria da identificação possibilitou o encontro de um relevante tema que está intrinsecamente ligado à linha de raciocínio que originou a proposta deste trabalho. Trata-se do que Freud irá considerar como o estado de “estar

amando” e de como isso se inclui na teoria de grupos e conseqüentemente na interação com a figura do líder.

Ao tratarmos da teoria da libido, já foi devidamente abordado com que conceito de amor este autor está trabalhando, contudo algumas novas conjecturas sobre o tema podem nos ajudar a entender este estado de estar amando. Para levantá-las podemos retomar o que Freud indica por primeiro amor, no caso uma explicação simplificada, feita pelo próprio autor, sobre um dos possíveis fins do complexo de Édipo, aquele que irá culminar possivelmente em uma estrutura neurótica:

Em sua primeira fase, que geralmente termina na ocasião em que a criança está com cinco anos de idade, ela descobriu o primeiro objeto para seu amor em um ou outro dos pais, e todos os seus instintos sexuais, com suas exigências de satisfação, unificaram-se nesse objeto. A repressão que então se estabelece, compele-a a renunciar à maior parte desses objetivos sexuais infantis e deixa atrás de si uma profunda modificação em sua relação com os pais. A criança ainda permanece ligada a eles, mas por instintos que devem ser descritos como ‘inibidos em seu objetivo’. As emoções que daí passa a sentir por esses objetos de seu amor são caracterizadas como ‘afetuosas’. (FREUD, 2006, p.121).

O autor irá demonstrar então, uma escolha inicial por um objeto, no caso um dos pais e que o abandono deste objeto, por malograr a sua intenção de satisfação, irá desviar este instinto para emoções afetuosas; contudo essas tendências sexuais continuam a existir no inconsciente com intensidade e natureza preservadas. Ele defende que a parcela assumida pelos instintos de afeição inibidos em seu objetivo, frente ao desejo puramente sensual, demonstram a profundidade em que um indivíduo está amando.

A respeito de estar amando Freud faz avançar sua tese ao afirmar que:

...sempre ficamos impressionados pelo fenômeno da supervalorização sexual: o fato de o objeto amado desfrutar de certa liberdade quanto à crítica, e o de todas as suas características serem altamente valorizadas do que as das pessoas que não são amadas, ou do que as próprias características dele numa ocasião em que não era amado. (FREUD, 2006, p.122).

E em outra parte irá discutir o porquê amamos aquele objeto e não outro:

Em muitas formas de escolha amorosa, é fato evidente que o objeto serve de sucedâneo para algum inatingido ideal do ego de nós mesmos. Nós o amamos por causa das perfeições que nos esforçamos por conseguir para nosso próprio ego e que agora gostaríamos de adquirir, dessa maneira indireta, como meio de satisfazer nosso narcisismo. (FREUD, 2006, p.122).

Freud traz presente o processo pelo qual o sujeito vai se despidendo de suas propriedades em 'devoção' ao objeto e, como este termina por consumi-lo.

Se a supervalorização sexual e o estar amando aumentam ainda mais, a interpretação do quadro se torna ainda mais inequívoca. Os impulsos cuja inclinação se dirige para a satisfação diretamente sexual podem agora ser empurrados inteiramente para o segundo plano,[...] o ego se torna cada vez mais desprezioso e modesto e o objeto cada vez mais sublime e precioso, até obter finalmente a posse de todo o auto-amor do ego, cujo auto-sacrifício decorre, assim, como consequência natural. O objeto, por assim dizer, consumiu o ego. (FREUD, 2006, p.123).

De maneira clara e simplificada, Freud demonstra como o objeto, ao assumir o lugar de ideal de eu, silencia esta importante instância do ego e anula a contenção que o ideal do ego exercia, sobre o ego, por meio do amor e do medo.

Ao mesmo tempo desta 'devoção' do ego ao objeto, a qual não pode mais ser distinguida de uma devoção sublimada a uma ideia abstrata, as funções atribuídas ao ideal do ego deixam inteiramente de funcionar. A crítica exercida por essa instância silencia; tudo que o objeto faz e pede é correto e inocente. A consciência não se aplica a nada que seja feito por amor do objeto; na cegueira do amor, a falta de piedade é levada até o diapasão do crime. A situação total pode ser inteiramente resumida numa fórmula: *o objeto foi colocado no lugar do ideal do ego*. (FREUD, 2006, p.123).

Com o objeto no lugar do ideal do ego, experimenta-se uma suspensão das restrições impostas anteriormente, o objeto passa a comandar o ego. Esse será um ponto de diferenciação entre Identificação e "estar amando", que serão bem distinguidos por Freud da seguinte maneira:

É fácil agora definir a diferença entre a **identificação** e esse desenvolvimento tão extremo do estado de estar amando que podem ser descritos como '**fascinação**' ou '**servidão**'. No primeiro caso, o ego enriqueceu-se com as propriedades do objeto, 'introjetou' o objeto em si próprio, como Rerenczi [1909] o expressa. No segundo caso, empobreceu-se, entregou-se ao objeto, substituiu o seu constituinte mais importante [ideal do ego] pelo objeto. (FREUD, 2006, p.123).

Por fim, sobre a estrutura libidinal dos grupos Freud irá concluir:

Estamos cientes de que aquilo com o que pudemos contribuir para a explicação da estrutura libidinal dos grupos reconduz à distinção entre o ego e o ideal do ego e à dupla espécie de vínculo que isso possibilita: a identificação e a colocação do objeto no lugar do ideal do ego [estar amando]. (FREUD, 2006, p.140).

Na identificação, Freud aponta para um estado em que o ego quer ser o objeto e para tal introjeta-o em si, enquanto que no estado de “estar amando”, o ego submete-se ao objeto amado e não mais ao desprezado ideal de ego, que foi retirado de seu lugar pelo ego para substituí-lo pelo objeto.

3.3 Compreendendo, a partir dos “meninos do tráfico”, identificação e estar amando.

MV BILL e Celso Athayde, em sua obra “Falcão - meninos do tráfico” (MV BILL e ATHAYDE, 2010), de grande repercussão nacional, trazem um bom exemplo de como ‘estar amando’ e ‘identificação’ aparecem nesta organização. O texto que é organizado a partir de um documentário, de mesmo nome, é composto por diversos relatos dos autores sobre a realidade que encontraram em variadas regiões do país, quando abordaram os grupos de meninos envolvidos com o tráfico.

Para esta apreciação destaca-se da obra, uma entrevista, onde os autores irão tratar do primeiro estágio de adesão ao crime, ou tráfico como é comumente descrito.

Nesta etapa inicial, os meninos iniciantes, são chamados de “fiel” e sua tarefa é fazer favores para o tráfico. Fiel também é o nome dado àquele que ‘adota’ este menino como numa espécie de discipulado. No glossário da obra, os autores vão definir o termo fiel, como o “Jovem que serve ao crime; gíria que quer dizer amigo” (MV BILL e ATHAYDE, 2010, p.259). No relato dos meninos, percebe-se que esta relação é marcada por troca de favores:

Celso: O que é fiel?

Menor 3: Fiel é modo de falar, o que ele pede a gente vai lá e faz. (MV BILL e ATHAYDE, 2010, p.141)

E continua em outra parte a respeito do termo ‘fiel’:

Celso: E os moleques que não são envolvidos diretamente com o tráfico, mas têm uma coletividade com vocês? Eles, teoricamente, estão perto de entrar...

Menor1: É nosso fiel... nosso fiel, tipo assim, fortalece a gente. No dia a dia, se a gente tá na atividade, precisando de alguém pra buscar uma comida, aparece um e vai buscar uma comida pra nós.

(pro outro moleque) Você faz o quê, exatamente?

Menor 2: Eu não faço nada, fico o dia a dia junto com os amigos. Se pedir pra fazer um negócio, eu faço. E é isso.

Celso: (pro outro moleque) O que você faz?

Menor 3: Eu fortaleço os amigo da minha forma, e eles fortalece da forma deles.

Celso: Como é o fortalecimento?

Menor 3: Depende de uma coisa, de um dinheiro para comprar um chinelo, aí fortalece, eu fortaleço. Se precisar de uma ajuda para comprar um negócio, eu vou. Fazer um favor.

(MV BILL e ATHAYDE, 2010, p.138)

Esta troca de favores, contudo, não justifica, por si, a “fidelidade” a esta relação; esta fidelidade dá-se também por ela (a relação) operar uma identificação ou mesmo o estado de “estar amando” naquele que é iniciante:

Celso: Quem são teus amigos?

Menor 3: Meu fiel, tá ligado? Meus colega.

(MV BILL e ATHAYDE, 2010, p.141)

A identificação e o estado de estar amando, se misturam quando direcionados ao líder e é o que irá possibilitar então este arranjo relacional que sustenta a adesão fiel do iniciante ao grupo do tráfico através do seu Fiel-bandido:

Celso: Quem é o seu maior ídolo hoje?

Menor 3: Quem mais gosto? Do meu fiel. Do meu fiel pô?

Celso: Fiel é o que mesmo?

Menor 3: É o moleque que eu ando.

Celso: Teu fiel é um bandido, é o cara que você mais gosta?

Menor 3: Ahã...

(MV BILL e ATHAYDE, 2010, p.142)

Esta fidelidade, que aqui parece se justificar pelo estado de ‘estar amando’ descrito por Freud, pode incluir a possibilidade do auto-sacrifício, daquele que está amando o objeto, percebemos neste recorte o quanto isso é presente nas relações do tráfico:

Celso: Você conhece o seu patrão pessoalmente?

Menor: Conheço.

Celso: Você seria capaz de morrer por ele?

Menor: Seria, a gente tá na vida do crime pra isso, pra matar ou pra morrer.

(MV BILL e ATHAYDE, 2010, p.136)

A identificação com o grupo do tráfico parece trazer vantagens para esse grupo que tem um lugar social sem tanta visibilidade antes deste encontro:

Celso: Você gosta de andar com bandido?

Menor 3: Gosto.

Celso: Porque?

Menor 3: Por quê, como? Porque muitas pessoa gosta e esculachar os menor, tá ligado? Mas quando a gente começa a andar com os bandido, começa na vida do crime, eles vão tudo afrouxar pra cima do menor. Bill e Athayde, (MV BILL e ATHAYDE, 2010, p.141)

E em outra parte relata:

Celso: E você se considera parte do crime, do tráfico?

Menor 3: Do jeito que eu fico, mais ou menos.

Celso: Como assim?

Menor 3: Que eu fico junto, com que faz parte, ando. Dou vários roles com os amigos mesmo. E pretendo ser (do crime). (MV BILL e ATHAYDE, 2010, p.138)

Aparece a identificação com o “bandido” e o crime, para obter a vantagem do respeito que “ser bandido” pode proporcionar. Tal respeito emerge do medo causado aos demais.

O auxílio de vozes das crianças e adolescentes envolvidos com o tráfico, na obra de Bill e Ataíde, permite uma mais ampla compreensão da teoria da identificação e do estado de “estar amando”, em “Psicologia das massas e análise do Ego”, de Freud e das relações iniciais com o grupo do tráfico.

A distinção de identificação e do estado de “estar amando”, se dá por uma linha tênue entre enriquecer, por meio de introjeção, o ego com as propriedades do objeto com o qual se identifica, aniquilando-o (para substituí-lo?), ou lançar fora o ideal de ego e colocar em seu lugar o objeto que se está amando. Aproximar estes conceitos, do relato dos “meninos do tráfico”, fornece elementos importantes para análise das histórias dos recuperandos da APAC de Santa Luzia considerando, por exemplo, que, para estes meninos da obra de Bill e Athayde, submeter-se ao objeto amado ou adotá-lo para si (identificação), pode apenas se tratar de fases de imersão neste universo, onde “estar amando” (submetido, como ‘fiel’) viria antes de ‘identificação’ (submeter, assim como o ‘patrão’).

4 OBJETOS IDENTIFICATÓRIOS E A INCLUSÃO DO CRIME NA CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE DOS RECUPERANDOS DA APAC DE SANTA LUZIA.

Partimos, neste capítulo, para uma incursão nos documentos endereçados, pelos recuperandos da APAC de Santa Luzia à Faculdade de Psicologia da PUC Minas, unidade Coração Eucarístico, por intermédio da Pró-reitora de Extensão em seu projeto “Recuperando o gosto de ler” (SCHETTINO e FERREIRA, 2009).

4.1 O universo e o recorte

O projeto idealizado em 2008 foi iniciado no primeiro semestre de 2009 com o objetivo de incentivar a prática da leitura. Contudo, as demandas dos recuperandos sugeriram uma expansão da proposta inicial. Iniciou-se esta expansão, com o processo de acolhida (por iniciativa dos recuperandos), dos estudantes de psicologia, através da construção de um dicionário de verbetes da prisão e seus devidos significados, até o vínculo terapêutico que permite ainda hoje o atendimento individualizado, passando neste caminho pela roda de conversa, que adota alguns princípios dos grupos operativos (PICHON-RIVIÈRE, 2009).

Outra demanda, que surgiu no contato direto com os presos, foi a necessidade de se conhecer melhor a instituição-prisão e seus atravessamentos. Para responder a esta demanda, foi criado o grupo de estudos Sobre Grades, no âmbito do laboratório de Direitos Humanos da Faculdade de Psicologia.

Cada uma destas atividades citadas é registrada por meio de relatos de campo (dos atendimentos individuais e da roda de conversa basicamente), atas de supervisão semanais, expedientes do grupo de estudos e relatório de conclusão semestral. Além destes apontamentos, que são realizados pelos estagiários de psicologia e supervisionados pelas professoras responsáveis, diversas produções, dos próprios recuperandos, são endereçadas ao projeto. Essas produções são resultado dos atendimentos individuais e/ou grupais, como, por exemplo, colagens, cartazes, peças de teatro, letras de músicas, poemas, relatos de episódios de suas histórias pessoais, etc.

Todo este material compõe o universo amplo dos dados disponíveis para análise. Neste universo, optou-se pelos relatos dos próprios recuperandos a respeito

de episódios de suas histórias pessoais, datados desde o início do projeto em Fevereiro de 2009 até maio de 2013. Dentre estes relatos, serão utilizados aqueles que versam sobre a iniciação no crime, até a prisão e que possibilitem uma verificação dos processos de aproximação e posterior adesão ao crime de uma maneira geral (tráfico de drogas, assalto a mão armada, sequestro, roubo, etc.).

O intuito deste recorte é:

- 1) analisar e perceber, qual a definição 'nativa' nestes relatos a respeito do que é o crime.
- 2) a existência ou não da identificação e ou o estado de 'estar amando', descrito por Freud e
- 3) qual relação a identificação (ou o estado de 'estar amando') faz com a aproximação (como inclusão de possibilidade) e/ou posterior adesão a este crime.

4.2 Metodologia: Análise de Conteúdo

Para tal intento, foi utilizado o método de Análise de Conteúdo que segundo Severino (2007):

É uma metodologia de tratamento e análise de informações constantes de um documento, sob forma de discursos pronunciados em diferentes linguagens: escritos, orais, imagens, gestos. Um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Trata-se de se compreender criticamente o sentido manifesto ou oculto das comunicações. (SEVERINO, 2007, p.121)

Ao analisar o conteúdo das mensagens, dos enunciados e dos discursos, esta metodologia procura encontrar o significado destas mensagens, que são vistos como indicadores expressivos e indispensáveis para a compreensão dos problemas ligados às práticas humanas e seus componentes psicossociais. As fontes destas mensagens podem ser verbais (orais ou escritas), gestuais, figurativas, documentais.

Para Franco (2005) a mensagem e o contexto, que são elementos da Análise de Conteúdo deverão ser examinados com especial atenção à linguagem:

...a Análise de Conteúdo assenta-se nos pressupostos de uma concepção crítica da linguagem. Linguagem, aqui entendida, como uma construção real de toda a sociedade e como expressão da existência humana que, em

diferentes momentos históricos, elabora e desenvolve representações sociais no dinamismo interacional que se estabelece entre linguagem, pensamento e ação. (FRANCO, 2005, p.14)

A autora irá destacar nesta obra, diversas propriedades da linguagem entre as quais a semântica:

Semântica, aqui entendida não apenas como o estudo da língua, em geral, mas, como a busca descritiva, analítica e interpretativa do **sentido** que um indivíduo (ou diferentes grupos) atribuem às mensagens verbais ou simbólicas. (FRANCO, 2005, p.14, grifo nosso)

Para melhor compreensão deste **sentido**, Franco irá opor-lhe a ideia de **significado**:

O significado de um objeto pode ser absorvido, compreendido e generalizado a partir de suas características definidoras e pelo seu *corpus* de significação. Já, o sentido implica a atribuição de um significado pessoal e objetivado, que se concretiza na prática social e que se manifesta a partir das Representações Sociais, cognitivas, valorativas e emocionais, necessariamente contextualizadas. (FRANCO, 2005, p.15)

Partindo deste arcabouço teórico-metodológico, passou-se à pré-análise, que consistiu em organizar o material-documental num processo de duas etapas. A primeira delas foi a leitura “flutuante” que para Franco “consiste em estabelecer contato com os documentos a serem analisados e conhecer os textos e as mensagens neles contidas, deixando-se invadir por impressões representações, emoções, conhecimentos e expectativas.” (FRANCO, 2005, p.48).

Nesta etapa, foi realizada leitura de todos os relatos dos recuperandos que versam sobre a iniciação no crime, até a prisão e que possibilitem uma verificação dos processos de aproximação e posterior adesão ao crime, no período de fevereiro de 2009 a maio de 2013 endereçadas à Psicologia. Foram dispensados de uma leitura mais aprofundada, os demais documentos que, devidamente discriminados por sua função, não abordavam o tema como é o caso, por exemplo, das atas de supervisão que trazem reflexões, discussões e decisões a respeito dos atendimentos e figuram como interpretações gerais. Esta dispensa, já interligava a leitura flutuante à segunda etapa da pré-análise que é a escolha dos documentos. A este respeito Franco irá destacar que:

A escolha dos documentos pode ser definida *a priori*, ou o objetivo é determinado pelo pesquisador e, por conseguinte, convém colher o universo de narrativas adequadas para fornecer informações sobre o problema levantado. (FRANCO, 2005, p.48)

Além da escolha de documentos, outro objetivo da análise de conteúdo (talvez o mais importante), é produzir inferências. A inferência é a razão de existência da análise de conteúdo. Ela está no intermédio entre, a descrição da mensagem e sua interpretação. Funciona como uma ponte, construída com a matéria das filiações teóricas, concepções de mundo, interesses de classe, traços psicológicos, representações sociais, motivações, expectativas, etc. tanto do produtor/emissor quanto do receptor.

É ela [inferência] que confere a esse procedimento relevância teórica, uma vez que implica, pelo menos, uma comparação, já que a informação puramente descritiva, sobre conteúdo, é de pequeno valor. (FRANCO, 2005, p.26)

Com esta importante ferramenta da Análise de Conteúdo, a partir do referencial teórico abordado e dos relatos dos recuperandos, diversas inferências foram possíveis, mas, utilizando-se da regra da representatividade de Franco (2005), que defende que nem todo material pré-analisado é susceptível à obtenção de uma amostragem, sendo “preferível reduzir o próprio universo (e, portanto, o alcance da análise) para garantir maior relevância, maior significado e maior consistência daquilo que é realmente importante destacar e aprofundar no estudo em questão” (Franco, 2005, pg.50), selecionaram-se sete vozes, apresentadas em forma de relato de episódios da história pessoal. Trataremos estes relatos, nesta análise, categorizados a partir dos temas: Crime (o que é), Identificação, o estado de ‘estar amando’, com a finalidade de conhecer, como estes temas interagem e possibilitam a inclusão do crime na constituição psíquica destes sujeitos.

Na categoria **Crime**, buscaremos perceber as particularidades dos princípios, signos e atitudes que circulam em volta deste termo, nos relatos destes recuperandos. Como **Identificação**, relatos que evidenciem alguma aproximação semântica com a ideia de se enriquecer o ego com as propriedades do objeto com o qual se identifica e a Categoria do “**estado de estar amando**”, com a ideia de lançar fora o ideal de ego e colocar em seu lugar o objeto que se está amando.

Nosso campo de análise de conteúdo será o que se utiliza de métodos lógico-semânticos, (mais voltados à hermenêutica) e permite que o alcance desta análise esteja vinculado à função de um classificador. E sua classificação é uma classificação lógica dos conteúdos manifestos (explícitos/latentes), após a análise e interpretação dos valores semânticos desses mesmos conteúdos.

4.3. Analisando os dados

Na Categoria Crime, vemos despontar, inicialmente a ideia de uma corporação, com hierarquias e funções bem definidas, com termos tais como “mundo do crime”, “firma”, “dinheiro do crime”, como vemos nos relatos (grifo nosso):

A “**firma**” já funcionava na alta. (recuperando 2)

A vida **no crime** é pura ilusão, você só é alguém no crime quando se tem dinheiro, armas e drogas, ai aparece vários amigos e mulheres. Mas quando você cai, todos desaparecem. (recuperando 3)

Entrei no crime aos 12 anos de idade. [...] Ai comecei a andar com pessoas que roubavam, comecei a roubar também... (recuperando 5)

Foi quando teve uma **reunião** e fui convidado a ser vapor e que a partir daquele dia, meu nome ia ser [outro]. (recuperando 7)

A primeira análise de dados nos coloca diante de uma descoberta: a concepção ‘nativa’ nos relatos dos recuperandos a respeito do que seja o crime, e o que pensa a APAC como instituição, não é confluyente. Para a APAC, o crime não figura em nenhuma das considerações dos seus idealizadores como uma organização e sim, conforme a metáfora da pedra no rio, direcionado ao **ato criminoso** com ênfase na responsabilidade individual. Ao abordar o conceito de criminoso, em busca da ideia de crime, percebe-se que o foco se dá no “tratamento”, jurídico, psicológico, moral, social ou psiquiátrico do criminoso, adotando, assim a ideia do crime como um **ente ofensor e o criminoso como doente deste mal**. Enquanto que, por via dos relatos dos recuperandos, emerge uma noção de crime como instituição, conforme uma “firma”, que tem “reuniões”, onde se “entra” como ideia de admissão, configurando-se numa **organização**. Somente um dos relatos dos recuperandos corrobora com a ideia de crime apresentada pela cultura institucional da APAC, ao tratar o crime como: prática de delitos:

Comecei a praticar crimes muito cedo, e a droga também entrou muito cedo em minha vida. Uma vida regada de drogas, crimes e muitas piranhas para completar. (recuperando 3)

Esta constatação nos aponta um primeiro impasse teórico, a saber: quando discutimos os modelos identificatórios em função de uma inclusão do crime na constituição psíquica, de que “crime” se está falando? O crime apresentado pela APAC no estudo de sua cultura institucional (ato criminoso)? Ou o Crime desvelado nas falas dos recuperandos (organização)?

Aqui desponta-se então, uma revisão necessária da questão principal deste trabalho, a partir desta descoberta. Não se trata, portanto da inclusão do crime na constituição subjetiva destes sujeitos somente. Trata-se também, a partir da efetivação desta inclusão, ou melhor ainda, no mesmo processo desta inclusão na constituição da subjetividade, uma paralela imersão neste crime (organização), por via do ato criminoso. É o sujeito, fazendo e sendo feito, por meio do crime (organização e ato criminoso)

A categoria do Crime ainda nos permite outra observação. O fascínio que este modo de vida exerce sobre os iniciantes, evidenciada nos seguintes relatos (grifo nosso):

...aos poucos fui me envolvendo com o **brilho de cifras** altas de dinheiro, coisas até então inacreditáveis para mim. (recuperando 2)

Entreí no crime com 12 anos de idade. Não foi por necessidade dentro de casa, mas sim **para ter roupa de marca, dinheiro e fama e desfrutar de tudo que é melhor**. (recuperando 5)

tinha um cotidiano bastante agitado, era trabalho e balada, muita balada. **Imaginem só**, um cara com dezessete anos com uma moto para ir onde quiser e ainda com dinheiro no bolso? (recuperando 4)

eu só fazia castelo (sonho) de ser um bom malandro, falar gírias, **usar as melhores roupas, os melhores tênis, cruzar os becos das favelas com as peças (armas) nas mãos ou na cintura**.(recuperando 6)

Num estalo de dedos já estava andando armado e traficando. Várias garotas do lado, podia escolher pois era “**tudo nosso**”. (recuperando 7)

Através destes relatos, vemos o aspecto sedutor do crime, proporcionando a veiculação da aspiração dos iniciantes há um lugar social de reconhecimento (grifo nosso):

Onde eu estava todos me olhavam, **uns com medo outros com respeito**. (recuperando 7)

agora tenho 18 e muita gente já **me tinha como perigoso**. Isso é uma coisa que todos bandidos não querem ser, **só querem simplesmente, respeito**. Isso eu aprendi cedo; (recuperando 6)

Como eu estava traficando naquela época, eu **me sentia o cara**. Sempre com uma moto ou um carango diferente. (recuperando 3)

eu queria mesmo era ser temido, tinha armas, tinha dinheiro, tinha minhas namoradinhas, **mas queria ser cada vez mais respeitado...** (recuperando 6)

Então decidi que era necessário fumar uns baseados **para mostrar que eu era disposição**. (recuperando 7)

Este lugar de respeito coloca o “bandido”, ícone do crime (organização), num posição de destaque frente aos demais de seu grupo, um lugar de liderança. Esta liderança irá provocar nos demais uma diferenciação frente a esse objeto identificatório. Diferenciação esta que analisaremos, a partir de agora, por meio da identificação e/ou o estado de ‘estar amando’, segundo a psicanálise freudiana.

Na categoria de identificação, as propriedades do objeto são introjetados no ego, como uma assimilação-ingestão do modelo que se aprecia, marcadamente como na primeira fase de organização da libido, fase oral. Assim como na horda primeva (Totem e tabu), em que os irmãos matam e ingerem aquele que desejam ser, (ao mesmo tempo assumindo sua “substância” e o aniquilando), tomando seu lugar.

Os relatos dos recuperandos demonstram uma aproximação com a categoria identificação, sobretudo, no processo inicial da identificação que diz respeito à apreciação do objeto. O olhar voltado para aquelas figuras marcantes, pelo respeito e temor, já citado, é evidenciado nos relatos (grifo nosso):

então eu fui crescendo, solto na favela, longe dos meus pais e **vendo** os bandidos andando com armas nas mãos, fumando maconha; mas eu não me importava com os caras porque, lá isso é *normal* e sempre foi em todas as favelas; (recuperando 6)

Ficava **observando** os traficantes ganhando dinheiro rápido e fácil até que um dia, veio um deles até mim e perguntou se eu não faria um avião para buscar alguns salgados e uma coca-cola. Lá fui eu, e quando voltei com a encomenda, ganhei alguns trocados. (recuperando 7)

Os manos da parte de baixo só ficavam **observando de olho grande**. Um dia o [gerente] foi preso e eu assumi o posto dele, virei gerente. (recuperando 7)

A normalidade da presença destas figuras emblemáticas, diante do olhar destes iniciantes, demonstra certa admissão destes personagens no quadro de representações sociais passíveis de se tornarem um modelo. E o que observam? Observam as armas nas mãos, o dinheiro rápido e fácil, as drogas. Não podemos desconsiderar também, que os pequenos favores já são retribuídos em dinheiro como um rito de iniciação. A introjeção do objeto-modelo, podemos inferir, inicia-se pelo olhar.

No relato do recuperando 7, ao destacar que os outros o observavam “de olho grande”, infere-se que ao assimilar o outro, supõe-se sua aniquilação. Este olho, “grande” como um devorador que espreita por uma possibilidade de substituição do objeto, evidencia o anseio de ter os direitos do outro, de ser o outro (grifo nosso):

eu também tinha meus amigos e primos para brincar de futebol, bolinha de gude, finca, papagaio, estilingue; polícia e ladrão era a melhor brincadeira. **A maioria sempre queria ser o ladrão; eu era um deles.** (recuperando 6)

Mas como eu era novato, já me envolvi com as funções e **também** já queria ser bem apresentado para as meninas, fazer bonito, portar armas, vender drogas, sempre escondido dos meus pais; (recuperando 6)

O termo “também”, neste último relato, nos remete a proposição de querer ser igual ao outro.

O processo de identificação é demonstrado, através dos relatos dos recuperandos da APAC, despertando algumas questões: considerando que muitos têm acesso a esses mesmos modelos, em um mesmo espaço-tempo, que articulações tornam possíveis que diversos outros adolescentes “escapem”, desta fórmula? Porque os demais objetos-modelo, não pertencentes ao grupo do crime (organização), foram preteridos?

Na categoria do estado de “estar amando”, o ego submete-se ao objeto amado e não mais ao desprezado ideal de ego, que foi retirado de seu lugar pelo ego para substituí-lo pelo objeto.

A posição de submissão, na hierarquia do crime, parece ser tolerada pelo estado de “estar amando”, descrito por Freud e do qual se fez um emparelhamento com os trechos de entrevista da obra de Bill e Athayde, no discurso dos “meninos do tráfico”. Os trechos que parecem se aproximar deste conceito são os seguintes:

lá (no morro), eu encontrava com meus amigos que muitos também já estava no movimento e não tinha mais aquelas brincadeiras, porque já estavam bem mais velhos, entre 14 e 15 anos. (recuperando 6)

Descolei um parceiro, [...], era meu aliado, estávamos sempre lado a lado. Sempre juntos, pegávamos geral.(recuperando 7)

Nestes trechos, a ausência de referência ao objeto amado, no caso, alguém que suporte o lugar do líder, denuncia a falta deste elemento básico que nos permitiria inferir a presença de um estado de “estar amando”. Contudo, o estudo destes e de outros trechos dos textos, demonstrou haver sempre uma relação de amizade, parceria, etc., corroborando para a inferência da existência de um laço grupal, do tipo que revela instintos sexuais inibidos em seu objetivo, entre iguais, ainda que não devotadas a um líder diretamente, no caso destes relatos dos recuperandos da APAC de Santa Luzia.

Esta constatação incita à seguinte questão: Este laço grupal, entre iguais, onde não se evidencia a figura do líder como objeto de identificação ou mesmo um estado de “estar amando”, em que consiste o elo que une estes indivíduos neste grupo e não em outro?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs a conhecer melhor o caminho pelo qual, os recuperandos da APAC de Santa Luzia, trilharam para incluir em si e si incluir no crime (organização), abordando a fase de iniciação no grupo criminoso, utilizando-se do conceito de identificação referenciado na teoria psicanalítica freudiana.

Os resultados deste trabalho nos permite perceber que, a concepção de crime que emana da APAC, como instituição não se assemelha ao que o recuperando conhece como crime. Assim, este trabalho optou por adotar, para fins de levar adiante seu propósito, a ideia de crime que emerge dos relatos dos recuperandos. Crime como organização.

A identificação será um dos elementos mais relevantes em dar acesso aos iniciantes, ao grupo, esta identificação, segundo a análise deste trabalho, parece estar ligada inicialmente à observação. A introjeção do objeto com o qual se identifica, passa primordialmente pelo olhar.

Quanto ao estado de estar amando, descrito por Freud, não foi constatado nos relatos dos recuperandos.

Para além destes resultados, novas questões foram levantadas a partir da análise dos dados, por exemplo: De que maneiras o método APAC, em seus princípios, através de sua própria organização, mobiliza ou desmobiliza a organização do crime?

Pensando na identificação e na proposta de recuperação da APAC, que oferece a APAC em substituição a este objeto com o qual o recuperando se identifica ou se coloca num estado de “estar amando”, para vias de promover seu possível desligamento destes grupos?

Em um laço grupal, entre iguais, onde não se evidencia a figura do líder como objeto de identificação ou mesmo um estado de “estar amando”, em que consiste o elo que une estes indivíduos neste grupo e não em outro?

Por fim, mais do que respostas, este trabalho promoveu o despertar de diversas outras perguntas que, a partir de uma metodologia apropriada, poderão ser respondidas em outra oportunidade.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Ed. 70, 2004. 223p.
- BRASIL; LEI DE EXECUÇÃO PENAL (1984). **Lei de execução penal**. 12. ed., atual. São Paulo: Saraiva, 1999.
- DINIS, Maria Helena. **Dicionário jurídico**. São Paulo, pg. 925. Saraiva. 1998.
- FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2005 79 p.
- FREUD, Sigmund. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud : v.15/16**: Conferências introdutórias sobre psicanálise. Rio de Janeiro: Imago, 1976. 2v.
- FREUD, Sigmund. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud : v.18**: Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago, 2006. 317 p.
- FREUD, Sigmund. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: volume 19 : o ego e o id e outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago, 1996. 357p.
- FREUD, Sigmund. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: volume 19 : o ego e o id e outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago, 1996. 357p.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: la identidad deteriorada**. 5. ed. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1993, 172p.
- KAUFMAN, P. **Dicionário enciclopédico de psicanálise**. Rio de Janeiro. Zahar. 1996 .p.256.
- LAPLANCHE e PONTALIS (?)
- MELO, Zélia Maria de (2005). Os estigmas: a deterioração da identidade social. UNICAP. <http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/anaispdf/estigmas.pdf> (consultado na Internet em 18 de Julho de 2008).
- MINAS GERAIS. **Tribunal de Justiça de Minas Gerais: Novos Rumos na Execução Penal**. Disponível em: <http://www.tjmg.jus.br/terceiro_vice/novo_rumos_execucao_penal/definicao.html>. Acesso em <2 fev. 2013>
- MINAS GERAIS. **Secretaria de Estado de Defesa Social**. Disponível em: <http://www.dac.seds.gov.br> . Acesso em 3 de Nov. 2012
- MV BILL. ATHAYDE, Celso. **Falcão – meninos do tráfico**, Rio de Janeiro, Edição de Bolso. Objetiva. 2010, p.261.

NUNBERG, H. **Princípios da Psicanálise - Sua Aplicação às Neuroses**, Rio de Janeiro, pg. 155. Zahar.1989,.

SCHETTINO, Maria Carmen.; RODRIGUES, Eliana Ferreira. **Projeto Recuperando o Gosto de Ler**. Mimeo (2009).

OTTOBONI, Mario. **Meu Cristo estou de volta**. São Paulo: Paulinas, 1978.

OTTOBONI, Mário. **Ninguém é irrecuperável: APAC, a revolução do sistema penitenciário**. São Paulo: Cidade Nova, 1997.

OTTOBONI, Mário. **Vamos Matar o Criminoso?: Método APAC**. São Paulo: Paulinas: 2001

OTTOBONI, Mário. FERREIRA, Valdeci. **Parceiros da Ressurreição**. São Paulo: Paulinas, 2004

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. O processo grupal. 8. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. 286p. (Coleção textos de psicologia) ISBN 9788578281183

O GRITO, Jornal. **Presídio Não!**. Ano XI – No.364 – <Edição de 26 de Setembro a 2 de Outubro de 2001>. Imprensa Oficial de Minas Gerais. 2001.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Notícias: Novas perspectivas para condenados**. 2006. Disponível em: http://www.pucminas.br/imagdb/jornal/pdf/JOR_ARQ_JORNA20070411122545.pdf <Acessado em 29 out. 2012>.

RESENDE, Juliana M.; COSTA, Lucas S.; SOUZA, Robson S. R. **APAC E O PROJETO RECUPERANDO O GOSTO DE LER**. Disponível em: <http://www1.pucminas.br/proex/arquivos/apac.pdf>. <acesso em 20 de Abr de 2013.

ROUDINESCO (?)

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p. ISBN 9788524913112

VARGAS, Laura Jimena Ordóñez. **É possível humanizar a vida atrás das grades? Uma etnografia do método de gestão carcerária APAC**. 252. Tese (Doutorado em Antropologia Social)-Universidade de Brasília, Brasília, 2011. In: http://www.dan.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=48:dissertacoes-e-teses&Itemid=9. Acesso em: 14 de novembro de 2012.